



**MENSAGEM Nº 16/2023**

Magda, 17 de abril de 2023.

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
HUMBERTO DE SOUZA GOBBI  
Presidente da Câmara Municipal de Magda  
Magda – SP,

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Com meus respeitosos cumprimentos, estou enviando o  
incluso Projeto de Lei nº 15/2023, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para  
elaboração e execução da lei orçamentária do ano de 2024, e dá outras providências.

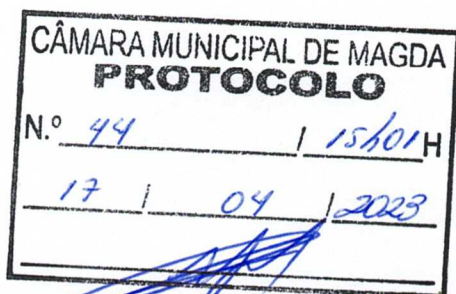
Considerando que este projeto é de grande interesse e  
necessidade, solicito que esta Matéria seja apreciada e votada com urgência, razão pela qual,  
invoco o artigo 25 da LOM.

Certos de que posso contar com a valiosa atenção  
costumeira dos nobres pares desta Casa de Leis, antecipo meus agradecimentos.

Atenciosamente,

Alexandre Paiva  
Assinado de forma  
digital por  
BATELLO:2767285 ALEXANDRE PAIVA  
6804 BATELLO:2767285680  
4

**ALEXANDRE PAIVA BATELLO**  
Prefeito Municipal



**Município de Magda**

Rua 7 de Setembro, 981 – CEP 15310-000 – Magda – SP  
Tel. (17) 3487-9020 - [www.magda.sp.gov.br](http://www.magda.sp.gov.br)  
CNPJ 45.660.628/0001-51



**PROJETO DE LEI Nº. 15, DE 17 DE ABRIL DE 2023.**

“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária do ano de 2024, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MAGDA:

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE MAGDA DECRETA E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Artigo 1º.** Ficam estabelecidas as diretrizes para o orçamento municipal de 2024, compreendendo:

- 1 - As orientações gerais de elaboração e execução;
- 2 - As prioridades e metas operacionais;
- 3 - As metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal;
- 4 - As alterações na legislação tributária municipal;
- 5 - As disposições relativas à despesa com pessoal;
- 6 - Outras determinações de gestão financeira.

Parágrafo único – Integram a presente Lei os anexos de metas, de riscos fiscais e o de prioridades operacionais, bem como outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro.

**CAPÍTULO II - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Seção I Das Diretrizes Gerais**

**Artigo 2º.** A proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como suas autarquias, fundações, empresas municipais dependentes, além dos investimentos das empresas municipais autônomas do Tesouro Municipal, nisso observado os seguintes objetivos:

- 1- Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social;
- 2 - Buscar maior eficiência arrecadatória;
- 3 - Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, sobretudo a afetada por surtos epidêmicos;
- 4 - Prestar assistência à criança e ao adolescente;
- 5 - Promover o desenvolvimento econômico do Município;

**Município de Magda**

Rua 7 de Setembro, 981 – CEP 15310-000 – Magda – SP  
Tel. (17) 3487-9020 – [www.magda.sp.gov.br](http://www.magda.sp.gov.br)  
CNPJ 45.660.628/0001-51





- médio e superior;
- 6 - Melhorar a infraestrutura urbana.
  - 7 - Apoiar estudantes carentes na realização do ensino
  - 8 - Reestruturar os serviços administrativos;

**Artigo 3º.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) será elaborado conforme as diretrizes fixadas nesta Lei e as correspondentes normas da Constituição, da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**§ 1º.** A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- 1 - o orçamento fiscal;
- 2 - o orçamento de investimento das empresas municipais não dependentes do Tesouro Central;
- 3 - o orçamento da seguridade social.

**§ 2º.** O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio, conforme o Anexo I, da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

**§ 3º.** O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão o gasto no mínimo até o elemento de despesa, tal qual determina o artigo 15, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**§ 4º.** Caso o projeto de lei orçamentária seja elaborado por sistema de processamento de dados, deverá o Poder Executivo franquear acesso aos vereadores e técnicos da Câmara Municipal, para as pertinentes funções legislativas.

## **Seção II Das Diretrizes Específicas**

**Artigo 4º.** A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2024 obedecerá às seguintes disposições:

- 1 - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de Atividades, Projetos e Operações Especiais, nestas categorias especificados valores e metas físicas;
- 2 - Desde que tenham o mesmo objetivo operacional, as ações de governo apresentarão igual código, independentemente da unidade orçamentária a que se vinculem;
- 3 - A alocação dos recursos será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos e a avaliação dos resultados programáticos;
- 4 - A estimativa da receita considerará a arrecadação dos três últimos exercícios, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da taxa inflacionária para o biênio 2023/2024;
- 5 - As receitas e despesas serão orçadas a preços de julho de 2023;

**Município de Magda**

Rua 7 de Setembro, 981 - CEP 15310-000 - Magda - SP  
Tel. (17) 3487-9020 - [www.magda.sp.gov.br](http://www.magda.sp.gov.br)  
CNPJ 45.660.628/0001-51



6 - Novos projetos contarão com dotação apenas se orçamentariamente supridos os que ora se encontram em andamento, e desde que atendidos os gastos de conservação do patrimônio público;

**Artigo 5º.** As unidades orçamentárias da Administração direta e as entidades da Administração indireta encaminharão ao Departamento de Contabilidade e Orçamento da Prefeitura (*ou órgão equivalente*) suas propostas parciais até 30 de junho de 2023.

**Artigo 6º** - A Câmara Municipal encaminhará à Prefeitura sua proposta orçamentária até 29 de julho de 2023.

**Artigo 7º** - Para atender ao Artigo 4º, parágrafo único, "d", da Lei Federal 8.069, de 1990, serão destinados não menos que 1% da receita corrente líquida para as despesas de proteção à criança e ao adolescente.

**Artigo 8º** - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência, conforme o apresentado no Anexo de Riscos Fiscais, que acompanha a presente Lei.

**Artigo 9º** - Em adição às reservas prescritas no artigo 8º, a reserva de contingência do Poder Executivo e demais órgãos da administração indireta, excluindo conforme o caso a entidade de Previdência municipal, equivalerá a no máximo 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2024, e será destinada a:

- I. Cobertura de créditos adicionais; e
- II. Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos

**Artigo 10** - Até o limite de 17% (dezessete por cento) da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação.

**Parágrafo único-** Para os fins do Artigo 167, VI, da Constituição, categoria de programação é o mesmo que Atividade, Projeto ou Operação Especial e, na órbita da classificação econômica da despesa, os grupos corrente e de capital.

**Artigo 11** - Nos moldes do Artigo 165, § 8º da Constituição e do Artigo 7º, I, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária poderá conceder, no máximo, até 17% (dezessete por cento) para abertura de créditos adicionais suplementares.

**Artigo 12.** Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo as entidades pretendentes se submeterem ao que segue:

- 1 - Atendimento direto e gratuito ao público;
- 2 - Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;





3 - Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;

4 - Compromisso de franquear, na Internet, demonstrativo mensal de uso do recurso municipal transferido, nos moldes da Lei Federal 12.527, de 2011.

5 - Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo controle interno e externo.

6 - Salário dos dirigentes inferior ao subsídio do Prefeito.

**Parágrafo Único-** O repasse às entidades do terceiro setor será precedido pela lei específica de que trata o artigo 26, da Lei de Responsabilidade Fiscal e por expressa manifestação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno da Prefeitura, após visita ao local de atendimento.

**Artigo 13.** O custeio de despesas estaduais e federais se realizará nos moldes apresentados em anexo que acompanha esta Lei.

**Artigo 14** - As despesas de publicidade e propaganda, do regime de adiantamento, de representação oficial, de locação de veículos e as relativas a obras aprovadas no orçamento participativo estarão todas destacadas em específica categoria programática, sob denominação que permita sua clara identificação.

**Artigo 15-** Até 5 (cinco) dias úteis após o envio à Câmara Municipal, o Poder Executivo publicará, na Internet, o projeto de lei orçamentária, resumindo-o em face dos seguintes agregados:

- 1 - Órgão orçamentário;
- 2 - Função de governo;
- 3 - Grupo de natureza de despesa.

**Artigo 16** – Ficam proibidas as seguintes despesas:

- 1 - Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;
- 2 - Novas obras, se não atendidas as que se encontram em andamento;
- 3 - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário agente político ou servidor municipal em atividade;
- 4 - Obras cujo custo global supere as médias apresentadas em consagrados indicadores da construção civil;
- 5 - Ajuda financeira a clubes e associações de servidores;
- 6 - Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;
- 7 - Pagamento de horas extras a ocupantes de cargos em comissão;

**Município de Magda**

Rua 7 de Setembro, 981 – CEP 15310-000 – Magda – SP  
Tel. (17) 3487-9020 - [www.magda.sp.gov.br](http://www.magda.sp.gov.br)  
CNPJ 45.660.628/0001-51



- 8 - Pagamento de sessões extraordinárias aos vereadores;
- 9 - Pagamento de verbas de gabinete aos vereadores;
- 10 - Distribuição de agendas, chaveiros, buquês de flores, cartões e cestas de Natal entre outros brindes;
- 11 - Pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREA, CRC, entre outros;
- 12 - Custeio de pesquisas de opinião pública.

### **Seção III Da Execução do Orçamento**

**Artigo 17.** Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

§ 1º. As receitas serão desdobradas em metas bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros se apresentarão sob metas mensais.

§ 2º. A programação financeira e o cronograma de desembolso poderão ser modificados segundo o comportamento da execução orçamentária.

§ 3º. A programação financeira e o cronograma de desembolso compreendem o Poder Legislativo e o Poder Executivo, neste incluídas as autarquias, fundações e empresas dependentes do Tesouro Municipal.

**Artigo 18.** Caso haja frustração da receita prevista e, comprometimento dos esperados resultados fiscais, será determinada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º. A restrição do *caput* será proporcional à participação dos Poderes Executivo e Legislativo no total das verbas orçamentárias;

§ 2º. Da restrição serão excluídas as despesas alusivas às obrigações constitucionais e legais do Município, bem como as contrapartidas requeridas em convênios firmados com a União e o Estado.

§ 3º. A limitação de empenho e da movimentação financeira será ordenada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por Ato da Mesa e Decreto.

**Artigo 19.** Desde que, num período de 12 (doze) meses, a despesa corrente ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente, os Poderes Executivo e Legislativo, enquanto persistir essa proporção orçamentária, poderão proibir:

I- Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;

II- Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

#### **Município de Magda**

Rua 7 de Setembro, 981 – CEP 15310-000 – Magda – SP  
Tel. (17) 3487-9020 - [www.magda.sp.gov.br](http://www.magda.sp.gov.br)  
CNPJ 45.660.628/0001-51





título, ressalvadas:

acarretarem aumento de despesa;

efetivos;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do Artigo 37 da Constituição;

V - Realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV;

VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VII – Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

VIII- Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

**Artigo 20.** Para isenção dos procedimentos requeridos no Artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se irrelevante a despesa que não ultrapasse os limites do Artigo 24, I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

**Artigo 21.** Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do Artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo único.** Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

**Artigo 22 –** Os recursos do Fundo da Educação Básica (Fundeb) só poderão ser recepcionados e movimentados numa única conta mantida no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, vedada sua transferência para qualquer outra conta bancária.

### **CAPÍTULO III - DAS PRIORIDADES E METAS**

**Artigo 23.** As metas e as prioridades para 2024 são as especificadas no Anexo que integra esta lei.

### **CAPÍTULO IV - DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Artigo 24.** O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- 1 - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
- 2 - Revogação das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

**Município de Magda**

Rua 7 de Setembro, 981 – CEP 15310-000 – Magda – SP

Tel. (17) 3487-9020 – [www.magda.sp.gov.br](http://www.magda.sp.gov.br)

CNPJ 45.660.628/0001-51



por elas custeados;

4 - Atualização da Planta Genérica de Valores conforme a realidade do mercado imobiliário;

5 - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;

6 - Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

## **CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESPESA DE PESSOAL**

**Artigo 25.** O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei referentes ao servidor público, o que alcança:

1 - Revisão ou aumento na remuneração;

2 - Concessão de adicionais e gratificações;

3 - Criação e extinção de cargos;

4 - Revisão do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria do serviço público.

**Parágrafo único** – Os procedimentos autorizados neste artigo dependerão do necessário saldo na respectiva dotação orçamentária, obedecidas as restrições apresentadas no artigo 21 desta lei de diretrizes orçamentárias.

**Artigo 26.** Na hipótese de superação do limite prudencial de que trata o Artigo 22 da Lei Federal nº 101, de 2000, a convocação para horas extras ocorrerá somente em casos de calamidade pública, após a edição do respectivo decreto municipal.

## **CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 27** - Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados segundo o cronograma de desembolso de que trata o Artigo 19 desta Lei, respeitado o limite do Artigo 29-A da Constituição.

**Parágrafo Único.** Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no *caput*, fica o Poder Executivo autorizado ao corte do excesso, não sem antes a oitiva da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão afastadas.

**Artigo 28** – Fica vedado à Prefeitura repassar valores a fundos vinculados à Câmara Municipal.

**Artigo 29.** Ao final de cada mês, a Câmara Municipal poderá recolher, na Tesouraria da Prefeitura, a parcela não utilizada do duodécimo anterior, bem como as retenções do Imposto de Renda e do Imposto sobre Serviços, entre outros valores não utilizados.

**Artigo 30.** Na aprovação das emendas individuais impositivas ao orçamento, a Câmara de Vereadores atenderá ao que segue:

**Município de Magda**

Rua 7 de Setembro, 981 – CEP 15310-000 – Magda – SP

Tel. (17) 3487-9020 - [www.magda.sp.gov.br](http://www.magda.sp.gov.br)

CNPJ 45.660.628/0001-51





1 - Compatibilidade com os planos municipais, bem como os projetos enunciados no anexo de metas e prioridades desta Lei;

2 - O total não ultrapassará 1,2% da receita corrente líquida do exercício de 2022;

3 - Ao menos metade das emendas estará vinculada ao financiamento das ações e serviços de saúde;

4 - No autógrafo de lei orçamentária, a Câmara Municipal demonstrará, em anexo próprio, as emendas individuais impositivas e a respectiva fonte de custeio;

5 - A Prefeitura, em hipótese alguma, cancelará Restos a Pagar alusivos às emendas individuais impositivas.

**Artigo 31.** Os projetos de lei de créditos adicionais serão apresentados sob o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do pedido feito à Prefeitura.

**Artigo 32.** Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, a sua programação será executada, a cada mês, na proporção de até 1/12 do total da despesa orçada.

**Artigo 33.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Magda, em 17 de abril de 2023.

ALEXANDRE PAIVA Assinado de forma  
BATELLO:27672856 digital por ALEXANDRE  
804 PAIVA  
BATELLO:27672856804

**ALEXANDRE PAIVA BATELLO**  
**Prefeito Municipal**



## 0001 PROCESSO LEGISLATIVO

Indicadores	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES	%	Porcentagem	100	100
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	%	Porcentagem	100	100

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0002	CÂMARA MUNICIPAL							100
	010100	CÂMARA MUNICIPAL						
		2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
			01	LEGISLATIVA				
				031	AÇÃO LEGISLATIVA			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0002	CÂMARA MUNICIPAL							100
	010100	CÂMARA MUNICIPAL						
		2002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA					
			01	LEGISLATIVA				
				031	AÇÃO LEGISLATIVA			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0002	CÂMARA MUNICIPAL							100
	010100	CÂMARA MUNICIPAL						
		2002	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA CÂMARA					
			01	LEGISLATIVA				
				031	AÇÃO LEGISLATIVA			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 2 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0003 GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020101	CHEFIA DE GABINETE						
		1021	CONCESSÃO DE AUXÍLIO PARA FOMENTO AO EMPREGO					
			11	TRABALHO				
				334	Fomento ao Trabalho			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020101	CHEFIA DE GABINETE						
		1028	REPASSE PARA FUNCIONAMENTO DO FÓRUM DE NHANDEARA					
			04	ADMINISTRAÇÃO				
				122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020101	CHEFIA DE GABINETE						
		2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO					
			04	ADMINISTRAÇÃO				
				122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 3 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA	100
020101	CHEFIA DE GABINETE	
2003	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
04	ADMINISTRAÇÃO	
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
01	TESOURO	
00	Recursos Ordinarios	
4	DESPESAS DE CAPITAL	

---

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA	100
020102	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	
2004	MANUTENÇÃO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
01	TESOURO	
00	Recursos Ordinarios	
3	DESPESAS CORRENTES	

---

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA	100
020102	FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	
2004	MANUTENÇÃO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
01	TESOURO	
00	Recursos Ordinarios	
4	DESPESAS DE CAPITAL	

---





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 4 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0004 ADMINISTRAÇÃO GERAL**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ADMINISTRAÇÃO GERAL	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020200	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
		2005	MANUTENÇÃO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS					
			04	ADMINISTRAÇÃO				
				122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020200	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
		2005	MANUTENÇÃO DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS					
			04	ADMINISTRAÇÃO				
				122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020200	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
		2091	CASTRAÇÕES DE CÃES,GATOS (MACHOS E FÊMEAS)					
			04	ADMINISTRAÇÃO				
				122	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 5 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0005 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020300		DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
		0001	PREVIDÊNCIA DE SERVIDORES MUNICIPAIS					
		09	PREVIDÊNCIA SOCIAL					
		272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO					
		01	TESOURO					
		00	Recursos Ordinarios					
		3	DESPESAS CORRENTES					
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020300		DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
		0003	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS AO PASEP					
		28	ENCARGOS ESPECIAIS					
		846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS					
		01	TESOURO					
		00	Recursos Ordinarios					
		3	DESPESAS CORRENTES					
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020300		DEPARTAMENTO DE FINANÇAS					
		0004	AMORTIZAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS					
		28	ENCARGOS ESPECIAIS					
		846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS					
		01	TESOURO					
		00	Recursos Ordinarios					
		3	DESPESAS CORRENTES					
-----								





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 6 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020300	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS							
		2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FAZENDÁRIOS						
			04	ADMINISTRAÇÃO					
				123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020300	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS							
		2006	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FAZENDÁRIOS						
			04	ADMINISTRAÇÃO					
				123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020300	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS							
		2081	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA COM O IPREM						
			28	ENCARGOS ESPECIAIS					
				843	SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020300	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS							
		2088	APORTE PARA COBERTURA DE DEFICIT ATUARIAL						
			04	ADMINISTRAÇÃO					
				123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 7 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA

100

020300 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

2096 PAGAMENTO DE PRECATÓRIO JUDICIAL

28 ENCARGOS ESPECIAIS

846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

3 DESPESAS CORRENTES

17





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)  
2024

Page 8 of 43

Lei: 0000, Data: 17/04/2023

Programa Descrição

0006 ESPORTE É VIDA

Metas

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ESPORTE É VIDA	% Porcentagem	100	100

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020401	SETOR DE ESPORTE, LAZER E TURISMO						
		2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS					
			27	DESporto E LAZER				
				812	DESporto COMUNITÁRIO			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESpesas CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020401	SETOR DE ESPORTE, LAZER E TURISMO						
		2007	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS					
			27	DESporto E LAZER				
				812	DESporto COMUNITÁRIO			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESpesas DE CAPITAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 9 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0007 CRIANÇA NA ESCOLA**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
CRIANÇA NA ESCOLA	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020501	FUNDEB						
		1004	FUNDEB - MELHORAMENTOS DE PRÉDIOS ESCOLARES					
			12	EDUCAÇÃO				
				368	EDUCAÇÃO BÁSICA			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:	
						4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020501	FUNDEB						
		1004	FUNDEB - MELHORAMENTOS DE PRÉDIOS ESCOLARES					
			12	EDUCAÇÃO				
				368	EDUCAÇÃO BÁSICA			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:	
						4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020501	FUNDEB						
		2008	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENS.FUND. - MAGISTÉRIO					
			12	EDUCAÇÃO				
				361	ENSINO FUNDAMENTAL			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 10 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020501	FUNDEB							
		2009	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENS.FUND. - DEMAIS AÇÕES						
			12	EDUCAÇÃO					
				361	ENSINO FUNDAMENTAL				
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS			
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020501	FUNDEB							
		2009	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENS.FUND. - DEMAIS AÇÕES						
			12	EDUCAÇÃO					
				361	ENSINO FUNDAMENTAL				
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS			
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020501	FUNDEB							
		2009	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENS.FUND. - DEMAIS AÇÕES						
			12	EDUCAÇÃO					
				361	ENSINO FUNDAMENTAL				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020501	FUNDEB							
		2009	MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENS.FUND. - DEMAIS AÇÕES						
			12	EDUCAÇÃO					
				361	ENSINO FUNDAMENTAL				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 11 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020501 FUNDEB

2010 MANUTENÇÃO DO FUNDEB - ENS.INFANTIL - MAGISTÉRIO

12 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

12 Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2012 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

12 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2012 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

12 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2013 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE FUNDAMENTAL

12 EDUCAÇÃO

361 ENSINO FUNDAMENTAL

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

12 Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:

3 DESPESAS CORRENTES





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 12 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020502	ENSINO							
		2014	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE						
			12	EDUCAÇÃO					
				361	ENSINO FUNDAMENTAL				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020502	ENSINO							
		2015	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE EJA						
			12	EDUCAÇÃO					
				361	ENSINO FUNDAMENTAL				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020502	ENSINO							
		2016	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE MÉDIO						
			12	EDUCAÇÃO					
				362	ENSINO MÉDIO				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020502	ENSINO							
		2017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE MÉDIO						
			12	EDUCAÇÃO					
				362	ENSINO MÉDIO				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 13 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

12 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

01 TESOUREIRO

00 Recursos Ordinarios

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2018 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

12 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

01 TESOUREIRO

00 Recursos Ordinarios

4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE CRECHE

12 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

12 Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2020 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE AEE

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

12 Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En

3 DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 14 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020502	ENSINO						
		2021	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE PRÉ-ESCOLA					
			12	EDUCAÇÃO				
				365	EDUCAÇÃO INFANTIL			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020502	ENSINO						
		2022	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE INFANTIL					
			12	EDUCAÇÃO				
				365	EDUCAÇÃO INFANTIL			
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
						12	Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020502	ENSINO						
		2023	CONTRIBUIÇÃO A APAE					
			12	EDUCAÇÃO				
				367	EDUCAÇÃO ESPECIAL			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020502	ENSINO						
		2024	MANUTENÇÃO DAS MERENDEIRAS					
			12	EDUCAÇÃO				
				368	EDUCAÇÃO BÁSICA			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 15 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2025 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - QSE

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

13 Contribuicao do Salario-Educacao

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2025 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - QSE

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

13 Contribuicao do Salario-Educacao

4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2026 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - ESTADUAL

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

12 Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2027 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADUAL

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

12 Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:

3 DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 16 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2089 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB

12 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

12 Recursos Destinados a Manutencao e Desenvolvimento do En:

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2102 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CMEI

12 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020502 ENSINO

2102 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CMEI

12 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020503 LIVRE

2028 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR

12 EDUCAÇÃO

364 ENSINO SUPERIOR

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

3 DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 17 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100  
020503 LIVRE

2029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - LIVRE

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

01 TESOURO

00

Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100  
020503 LIVRE

2029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - LIVRE

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

01 TESOURO

00

Recursos Ordinarios

4

DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100  
020503 LIVRE

2030 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

01 TESOURO

00

Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100  
020503 LIVRE

2030 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

12 EDUCAÇÃO

368 EDUCAÇÃO BÁSICA

01 TESOURO

00

Recursos Ordinarios

4

DESPESAS DE CAPITAL

27





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 18 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0008 ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ASSISTÊNCIA SOCIAL	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
		2032	MANUTENÇÃO DO PROJETO "JUVENTUDE AOS 60 ANOS"					
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
				241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
		2033	CONTRIBUIÇÃO AO LAR DOS VELHINHOS DE NHANDEARA					
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
				241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
		2034	CONTRIBUIÇÃO AO GRUPO DA AMIZADE TERCEIRA IDADE					
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
				241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 19 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2035 MANUTENÇÃO DO PROJETO "ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA"

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2035 MANUTENÇÃO DO PROJETO "ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA"

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

4

DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2039 CONTRIBUIÇÃO A CASA ABRIGO DE NHANDEARA

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

01 TESOIRO

00 Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2040 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

01 TESOIRO

00 Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 20 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA						100
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
		2040	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
				244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
					01	TESOURO	
						00	Recursos Ordinarios
							4
							DESPESAS DE CAPITAL
-----							
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA						100
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
		2041	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA "PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PPSB)"				
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
				244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS	
						81	Recursos de Convenios
							3
							DESPESAS CORRENTES
-----							
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA						100
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
		2043	MANUTENÇÃO DO PAIF				
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
				244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
						81	Recursos de Convenios
							3
							DESPESAS CORRENTES
-----							
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA						100
	020601	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
		2044	MANUTENÇÃO DA DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS				
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
				244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		
					01	TESOURO	
						00	Recursos Ordinarios
							3
							DESPESAS CORRENTES
-----							





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 21 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2045 MANUTENÇÃO DO IGD-SUAS

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2045 MANUTENÇÃO DO IGD-SUAS

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

4 DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2072 MAN. DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO - SCFV

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3 DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2073 CONTRIBUIÇÃO AO AZILO MARIA DONIZETE ZOCCAL

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

3 DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 22 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA

100

020601 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CCI

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO

01 TESOURO

00

Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES

---







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 24 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0010 CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Atender Criança e adolescente	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020602	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
		2046	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
			04	ADMINISTRAÇÃO				
				243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020602	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
		2046	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
			04	ADMINISTRAÇÃO				
				243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020602	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
		2046	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL				
				243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
						3	DESPESAS CORRENTES	
-----								



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 25 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020602	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE							
		2046	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL					
				243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020602	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE							
		2047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR						
			04	ADMINISTRAÇÃO					
				243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020602	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE							
		2047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR						
			04	ADMINISTRAÇÃO					
				243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020602	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE							
		2047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR						
			08	ASSISTÊNCIA SOCIAL					
				243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 26 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA

100

0:0602 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2047 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

4 DESPESAS DE CAPITAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 27 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0011 PREVENÇÃO À DOENÇAS**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
PREVENÇÃO À DOENÇAS	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		2049	CONTRIBUIÇÃO AO SAMU					
			10	SAÚDE				
				301	ATENÇÃO BÁSICA			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		2050	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
			10	SAÚDE				
				301	ATENÇÃO BÁSICA			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
		2050	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
			10	SAÚDE				
				301	ATENÇÃO BÁSICA			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL
-----								





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 28 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2050 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 SAÚDE

301 ATENÇÃO BÁSICA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2053 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO DE MAC

10 SAÚDE

302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2054 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

10 SAÚDE

304 Vigilância Sanitária

01 TESOUREIRO

00 Recursos Ordinarios

4

DESPESAS DE CAPITAL

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2054 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

10 SAÚDE

304 Vigilância Sanitária

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 29 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2055 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS ESTADUAIS DE SAÚDE

10 SAÚDE

301 ATENÇÃO BÁSICA

02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2057 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA BÁSICA

10 SAÚDE

301 ATENÇÃO BÁSICA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2058 CONTRIBUIÇÕES A HOSPITAIS REGIONAIS

10 SAÚDE

302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2082 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

10 SAÚDE

301 ATENÇÃO BÁSICA

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 30 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2083	INCENTIVO PARA AÇÕES ESTRATÉGICAS						
			10	SAÚDE					
				301	ATENÇÃO BÁSICA				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						81	Recursos de Convenios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2084	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - CAPITAÇÃO PONDERADA						
			10	SAÚDE					
				301	ATENÇÃO BÁSICA				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						81	Recursos de Convenios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2085	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - PER CAPITA DE TRANSIÇÃO						
			10	SAÚDE					
				301	ATENÇÃO BÁSICA				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						81	Recursos de Convenios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2086	AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS						
			10	SAÚDE					
				304	Vigilância Sanitária				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						81	Recursos de Convenios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 31 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2087	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DA APS						
			10	SAÚDE					
				301	ATENÇÃO BÁSICA				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						81	Recursos de Convenios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2090	COMBATE DO COVID-19 - RECURSO PRÓPRIO						
			10	SAÚDE					
				301	ATENÇÃO BÁSICA				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2095	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS-DESEMPENHO						
			10	SAÚDE					
				301	ATENÇÃO BÁSICA				
					05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS			
						81	Recursos de Convenios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
		2097	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE						
			10	SAÚDE					
				301	ATENÇÃO BÁSICA				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 32 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2098 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DOSE CERTA

10 SAÚDE

301 ATENÇÃO BÁSICA

02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2099 RECURSO PARA GLICEMIA

10 SAÚDE

301 ATENÇÃO BÁSICA

02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2100 TERMO DE FOMENTO - ASSOC.LAR SÃO FRANCISCO DE ASSIS PROVIDÊNCIA DE DEUS

10 SAÚDE

302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2101 TERMO DE FOMENTO - SANTA CASA MISERICÓRDIA DE VOTUPORANGA

10 SAÚDE

302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

01 TESOURO

00 Recursos Ordinarios

3

DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 33 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA

100

020701 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2103 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10 SAÚDE

304 Vigilância Sanitária

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3 DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 34 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0012 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Atender a população em geral.	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS						
		2059	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO					
			15	URBANISMO				
				452	SERVIÇOS URBANOS			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS						
		2059	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO					
			15	URBANISMO				
				452	SERVIÇOS URBANOS			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS						
		2060	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					
			15	URBANISMO				
				452	SERVIÇOS URBANOS			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								

11/47



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 35 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
		2060	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS						
			15	URBANISMO					
				452	SERVIÇOS URBANOS				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
		2061	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA						
			15	URBANISMO					
				452	SERVIÇOS URBANOS				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
		2061	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA						
			15	URBANISMO					
				452	SERVIÇOS URBANOS				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
		2062	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO						
			15	URBANISMO					
				452	SERVIÇOS URBANOS				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 36 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
		2062	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO FUNERÁRIO						
			15	URBANISMO					
				452	SERVIÇOS URBANOS				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
		2063	CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS						
			15	URBANISMO					
				452	SERVIÇOS URBANOS				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
		2063	CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS						
			15	URBANISMO					
				452	SERVIÇOS URBANOS				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
-----									
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA								100
	020801	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
		2064	CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS						
			15	URBANISMO					
				452	SERVIÇOS URBANOS				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							3	DESPESAS CORRENTES	
-----									



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 37 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100  
020801 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
2064 CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS  
15 URBANISMO  
452 SERVIÇOS URBANOS  
01 TESOIRO  
00 Recursos Ordinarios  
4 DESPESAS DE CAPITAL

---

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA 100  
020801 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
2065 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
25 ENERGIA  
751 Conservação de Energia  
01 TESOIRO  
00 Recursos Ordinarios  
3 DESPESAS CORRENTES

---



PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)  
2024

Page 38 of 43

Lei: 0000, Data: 17/04/2023

Programa Descrição

0013 ESTRADAS VICINAIS

Metas

Indicadores:	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
ESTRADASVICINAIS	% Porcentagem	100	100

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020900	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE ESTRADAS E RODAGENS						
		2066	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTRADAS					
			26	TRANSPORTE				
				782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020900	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE ESTRADAS E RODAGENS						
		2066	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTRADAS					
			26	TRANSPORTE				
				782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020900	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DE ESTRADAS E RODAGENS						
		2067	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTRADAS - "CIDE"					
			26	TRANSPORTE				
				782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
					02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
						11	Contribuicao de Intervencao no Dominio Economico - Combusti	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 39 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0018 CULTURA É VIDA**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
MANUTENÇÃO DE UNIDADE	%	Porcentagem	100	100
Obras	%	Porcentagem	0	100
Obras	%	Porcentagem	0	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020503	LIVRE						
		2031	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS					
			13	CULTURA				
				392	Difusão Cultural			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	020503	LIVRE						
		2031	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS					
			13	CULTURA				
				392	Difusão Cultural			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL
-----								





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 40 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0019 DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E ECONÔMICO**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E ECONÔMICO	%	Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	021000	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						
		1024	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "SEIAA"					
			20	AGRICULTURA				
				606	EXTENSÃO RURAL			
					01	TESOURO		
						81	Recursos de Convenios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	021000	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						
		2069	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AGROPECUÁRIA					
			20	AGRICULTURA				
				606	EXTENSÃO RURAL			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	021000	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						
		2069	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AGROPECUÁRIA					
			20	AGRICULTURA				
				606	EXTENSÃO RURAL			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL
-----								



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 41 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA

100

021000 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2093 Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Convênio SEDRUS)

20 AGRICULTURA

606 EXTENSÃO RURAL

02 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS

81 Recursos de Convenios

3 DESPESAS CORRENTES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 42 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0021 MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0003	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	030100	INST. DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MAGDA - IPREM						
		2070	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO IPREM					
			09	PREVIDÊNCIA SOCIAL				
				272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO			
					04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								
0003	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	030100	INST. DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MAGDA - IPREM						
		2070	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO IPREM					
			09	PREVIDÊNCIA SOCIAL				
				272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO			
					04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
						00	Recursos Ordinarios	
							4	DESPESAS DE CAPITAL
-----								
0003	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	030100	INST. DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MAGDA - IPREM						
		2071	MANUTENÇÃO DOS PAGAMENTOS DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS					
			09	PREVIDÊNCIA SOCIAL				
				272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO			
					04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
						00	Recursos Ordinarios	
							3	DESPESAS CORRENTES
-----								



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO INICIAL 2024)**  
**2024**

Page 43 of 43

**Lei: 0000, Data: 17/04/2023**

**Programa Descrição**

**0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

**Metas**

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	% Porcentagem	100	100

**Ações**

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA							100
	900000	Reserva de Contingência						
		0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
			99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				
				999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
					01	TESOURO		
						00	Recursos Ordinarios	
							9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**Notas Explicativas**



MUNICÍPIO DE MAGDA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2024 Anexo I - Fontes de Financiamento dos Prog. Gover.
Estimativas das Receitas Orçamentárias

Especificação		Receitas Previstas		
		2024		
		Direta	Autarquia	
Receitas Correntes		PM 2024	IPM 2024	TOTAL
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	39.090.000,00	2.748.000,00	41.838.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.357.000,00	-	3.357.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	168.000,00	1.044.000,00	1.212.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	921.000,00	1.317.000,00	2.238.000,00
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.640.000,00	-	34.640.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.000,00	387.000,00	391.000,00
Receitas de Capital				
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.202.000,00	-	2.202.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.202.000,00	-	2.202.000,00
Receita Intraorçamentária				
7.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIA	-	3.987.000,00	3.987.000,00
Total de Receitas		41.292.000,00	6.735.000,00	48.027.000,00
Deduções da Receita - Fundeb				
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.672.000,00	-	5.672.000,00
Total das Deduções		5.672.000,00	-	5.672.000,00
Total Geral Líquido		35.620.000,00	6.735.000,00	42.355.000,00

ARF - DEMONSTRATIVO ÚNICO

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

Fonte / Informações complementares: Não há previsão de Riscos Fiscais.

AMF – DEMONSTRATIVO 2

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor	%
							(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total	25.386.650,00	0,00	92,81	33.370.028,55	0,00	122,00	7.983.378,55	31,45
Receitas Primárias (I)	22.724.650,00	0,00	83,08	30.420.047,98	0,00	111,22	7.695.397,98	33,86
Despesa Total	25.386.650,00	0,00	92,81	31.941.693,90	0,00	116,78	6.555.043,90	25,82
Despesas Primárias (II)	22.403.078,26	0,00	81,91	28.905.589,56	0,00	105,68	6.502.511,30	29,03
<b>Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)</b>	<b>321.571,74</b>	<b>0,00</b>	<b>1,18</b>	<b>1.514.458,42</b>	<b>0,00</b>	<b>5,54</b>	<b>1.192.886,68</b>	<b>370,96</b>
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	0,00	681.058,92	0,00	2,49	681.058,92	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	0,00	-3.766.600,57	0,00	-13,77	-3.766.600,57	0,00
<b>Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha</b>	<b>321.571,74</b>	<b>0,00</b>	<b>1,18</b>	<b>1.459.200,06</b>	<b>0,00</b>	<b>5,33</b>	<b>1.137.628,32</b>	<b>353,77</b>

**Fonte / Informações complementares:**

A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

R\$ 1,00

Parâmetros	Valor Previsto 2022	Valor Realizado 2022
PIB nominal - R\$ Milhar	2.768.082.228	2.768.082.228
Receita Corrente Líquida - RCL	26.750.000	27.352.426

Automatização, memória de cálculo e layout de impressão - Desenvolvimento: MetaPública.



AMF – DEMONSTRATIVO 3

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2024

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	25.893.047,99	33.370.028,55	28,88	37.015.000,00	10,92	42.355.000,00	14,43	44.897.000,00	6,00	47.591.000,00	6,00
Receitas Primárias (I)	23.222.682,07	30.420.047,98	30,99	32.655.000,00	7,35	34.722.000,00	6,33	36.808.000,00	6,01	39.019.000,00	6,01
Despesa Total	24.251.819,76	31.941.693,90	31,71	37.015.000,00	15,88	42.355.000,00	14,43	44.897.000,00	6,00	47.591.000,00	6,00
Despesas Primárias (II)	21.660.308,31	28.905.589,56	33,45	33.455.000,00	15,74	30.651.000,00	-8,38	32.489.000,00	6,00	34.437.000,00	6,00
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	1.562.373,76	1.514.458,42	-3,07	-800.000,00	-152,82	4.071.000,00	-608,88	4.319.000,00	6,09	4.582.000,00	6,09
Dívida Pública Consolidada (DC)	877.408,65	681.058,92	-22,38	500.000,00	-26,58	483.058,92	-3,39	353.058,92	-26,91	223.058,92	-36,82
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-2.307.400,51	-3.766.600,57	63,24	-3.000.000,00	-20,35	-3.166.600,57	5,55	-3.296.600,57	4,11	-3.426.600,57	3,94
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.355.691,75	1.459.200,06	7,64	1.000.000,00	-31,47	2.721.000,00	172,10	2.969.000,00	9,11	3.232.000,00	8,86

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2.021	2.022	%	2.023	%	2.024	%	2.025	%	2.026	%
Receita Total	29.013.873,37	35.348.871,24	21,83	37.015.000,00	4,71	40.675.117,64	9,89	41.457.977,82	1,92	42.255.406,45	1,92
Receitas Primárias (I)	26.021.654,81	32.223.956,83	23,84	32.655.000,00	1,34	33.344.857,39	2,11	33.988.579,36	1,93	34.644.443,36	1,93
Despesa Total	27.174.831,94	33.835.836,35	24,51	37.015.000,00	9,40	40.675.117,64	9,89	41.457.977,82	1,92	42.255.406,45	1,92
Despesas Primárias (II)	24.270.971,99	30.619.691,02	26,16	33.455.000,00	9,26	29.435.321,23	-12,02	30.000.406,30	1,92	30.576.147,42	1,92
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	1.750.682,83	1.604.265,80	-8,36	-800.000,00	-149,87	3.909.536,16	-588,69	3.988.173,07	2,01	4.068.295,95	2,01
Dívida Pública Consolidada (DC)	983.160,56	721.445,71	-26,62	500.000,00	-30,69	463.899,86	-7,22	326.015,30	-29,72	198.051,00	-39,25
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-2.585.505,82	-3.989.959,98	54,32	-3.000.000,00	-24,81	-3.041.006,98	1,37	-3.044.087,43	0,10	-3.042.432,39	-0,05
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.519.089,94	1.635.073,85	7,64	1.000.000,00	-38,84	2.613.079,80	161,31	2.741.580,42	4,92	2.869.649,17	4,67

Fonte / Informações complementares:

A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.



MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2024

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	42.355.000,00	40.675.117,64	0,00	124,51	44.897.000,00	41.457.977,82	0,00	119,98	47.591.000,00	42.255.406,45	0,00	115,62
Receitas Primárias (I)	34.722.000,00	33.344.857,39	0,00	102,07	36.808.000,00	33.988.579,36	0,00	98,36	39.019.000,00	34.644.443,36	0,00	94,79
Receitas Primárias Correntes	32.520.000,00	31.230.193,03	0,00	95,60	34.473.000,00	31.832.435,79	0,00	92,12	36.543.000,00	32.446.036,39	0,00	88,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.525.000,00	3.385.191,59	0,00	10,36	3.737.000,00	3.450.753,13	0,00	9,99	3.962.000,00	3.517.806,32	0,00	9,63
Transferências Correntes	28.968.000,00	27.819.072,31	0,00	85,15	30.707.000,00	28.354.904,00	0,00	82,06	32.550.000,00	28.900.705,59	0,00	79,08
Demais Receitas Primárias Correntes	27.000,00	25.929,13	0,00	0,08	29.000,00	26.778,66	0,00	0,08	31.000,00	27.524,48	0,00	0,08
Receitas Primárias de Capital	2.202.000,00	2.114.664,36	0,00	6,47	2.335.000,00	2.156.143,58	0,00	6,24	2.476.000,00	2.198.406,98	0,00	6,02
Despesa Total	42.355.000,00	29.435.321,23	0,00	124,51	44.897.000,00	30.000.406,30	0,00	119,98	47.591.000,00	30.576.147,42	0,00	115,62
Despesas Primárias (II)	30.651.000,00	29.435.321,23	0,00	90,10	32.489.000,00	30.000.406,30	0,00	86,82	34.437.000,00	30.576.147,42	0,00	83,66
Despesas Primárias Correntes	30.068.000,00	28.875.444,16	0,00	88,39	31.872.000,00	29.430.667,29	0,00	85,17	33.783.000,00	29.995.469,65	0,00	82,07
Pessoal e Encargos Sociais	15.815.000,00	15.187.746,09	0,00	46,49	16.764.000,00	15.479.910,47	0,00	44,80	17.770.000,00	15.777.743,11	0,00	43,17
Outras Despesas Correntes	14.253.000,00	13.687.698,07	0,00	41,90	15.108.000,00	13.950.756,82	0,00	40,37	16.013.000,00	14.217.726,53	0,00	38,90
Despesas Primárias de Capital	583.000,00	559.877,08	0,00	1,71	617.000,00	569.739,01	0,00	1,65	654.000,00	580.677,77	0,00	1,59
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.475.000,00	1.416.498,61	0,00	4,34	1.564.000,00	1.444.200,67	0,00	4,18	1.658.000,00	1.472.115,82	0,00	4,03
Resultado Primário (SEM RPPS) (III) = (I - II)	4.071.000,00	3.909.536,16	0,00	11,97	4.319.000,00	3.988.173,07	0,00	11,54	4.582.000,00	4.068.295,95	0,00	11,13
Dívida Pública Consolidada (DC)	483.058,92	463.899,86	0,00	1,42	353.058,92	326.015,30	0,00	0,94	223.058,92	198.051,00	0,00	0,54
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-3.166.600,57	-3.041.006,98	0,00	-9,31	-3.296.600,57	-3.044.087,43	0,00	-8,81	-3.426.600,57	-3.042.432,39	0,00	-8,32
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	2.721.000,00	2.613.079,80	0,00	8,00	2.969.000,00	2.741.580,42	0,00	7,93	3.232.000,00	2.869.649,17	0,00	7,85

Fonte / Informações complementares:

A elaboração deste demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

R\$ 1,00

Parâmetros	2024	2025	2026
PIB nominal - R\$ Milhar	3.053.330.582	3.175.463.805	3.302.482.358
Receita Corrente Líquida - RCL	34.018.161	37.419.977	41.161.974

Automatização, memória de cálculo e layout de impressão - Desenvolvimento: MetaPública.

AMF – DEMONSTRATIVO 4

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	7.710.896,61	21,74	7.710.896,61	48,98	7.710.896,61	73,92
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	27.752.057,77	78,26	8.033.396,96	51,02	2.720.255,26	26,08
TOTAL	35.462.954,38	100,00	15.744.293,57	100,00	10.431.151,87	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	7.038.246,37	100,00	-8.119.324,10	100,00	-10.397.437,09	100,00
TOTAL	7.038.246,37	100,00	-8.119.324,10	100,00	-10.397.437,09	100,00

Fonte / Informações complementares:
Informações extraídas do Balanço Patrimonial dos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

AMF – DEMONSTRATIVO 5

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
<b>RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2022 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2021 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2020 (i) = (Ic - II f)
Saldo Financeiro - Exercício Anterior			<b>0,00</b>
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte / Informações complementares:



## AMF - DEMONSTRATIVO 6

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.894.926,10</b>	<b>3.880.387,62</b>	<b>4.268.500,85</b>
Receita de Contribuições dos Segurados	1.723.996,32	945.121,14	1.247.690,36
Civil	1.723.996,32	945.121,14	1.247.690,36
Ativo	861.998,16	905.299,68	1.188.612,10
Inativo	830.564,36	38.383,53	55.844,79
Pensionista	31.433,80	1.437,93	3.233,47
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.142.100,46	1.570.719,45	1.190.408,83
Civil	1.142.100,46	1.570.719,45	1.190.408,83
Ativo	1.142.100,46	1.570.719,45	1.190.408,83
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	3.949,16	65.312,22
Receitas Imobiliárias	0,00	3.949,16	65.312,22
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.028.829,32	1.360.597,87	1.765.089,44
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	38.919,84	69.105,83
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) <sup>1</sup>	578.494,96	1.084.594,63	1.453.984,62
Demais Receitas Correntes	450.334,36	237.083,40	241.998,99
<b>RECEITAS DE CAPITAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>3.316.431,14</b>	<b>2.795.792,99</b>	<b>2.814.516,23</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Benefícios - Civil	3.427.285,98	3.782.411,83	4.385.620,87
Aposentadorias	2.625.684,36	2.983.409,65	3.429.428,47
Pensões	794.945,98	799.002,18	956.192,40
Outros Benefícios Previdenciários	6.655,64	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>3.427.285,98</b>	<b>3.782.411,83</b>	<b>4.385.620,87</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)<sup>2</sup></b>	<b>-110.854,84</b>	<b>-986.618,84</b>	<b>-1.571.104,64</b>



RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
	2020	2021	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
	2020	2021	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS			
	2020	2021	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	578.494,96	1.162.214,46	1.453.984,62
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)			
	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	388.671,40	454.965,39	0,00
Investimentos e Aplicações	14.235.807,79	14.613.537,41	15.407.890,13
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	874.966,65
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			
	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)			
	2020	2021	2022
Benefícios - Civil	0,00	240.792,53	0,00
Aposentadorias	0,00	240.792,53	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00

Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
<b>Outras Despesas Previdenciárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)</b>	<b>0,00</b>	<b>240.792,53</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)<sup>2</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>-240.792,53</b>	<b>0,00</b>

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

<b>ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS</b>			
<b>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	702.273,88
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	702.273,88
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>702.273,88</b>

<b>RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)<sup>2</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-702.273,88</b>
---	-------------	-------------	--------------------

<b>BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

<b>BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOIRO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b>RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII)<sup>2</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
--	-------------	-------------	-------------

<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>				
<b>FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
	0,00	0,00	0,00	0,00



FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
	0,00	0,00	0,00	0,00

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

**Fonte / Informações complementares:**

## AMF - DEMONSTRATIVO 6-II

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
<b>Sd. Anterior</b>				15.773.547,29
2024	5.470.733,16	4.676.534,86	794.198,30	16.567.745,59
2025	4.176.855,38	4.795.833,45	-618.978,07	15.948.767,52
2026	5.155.258,81	4.769.023,53	386.235,28	16.335.002,80
2027	5.173.020,94	4.786.635,10	386.385,84	16.721.388,64
2028	5.208.090,08	4.694.131,85	513.958,23	17.235.346,87
2029	5.252.153,52	4.577.458,00	674.695,52	17.910.042,39
2031	5.323.972,28	4.518.014,85	805.957,42	19.423.109,83
2032	5.360.440,14	4.505.713,19	854.726,95	20.277.836,78
2033	5.398.942,17	4.486.926,36	912.015,81	21.189.852,59
2034	5.417.295,28	4.596.028,22	821.267,06	22.011.119,65
2035	5.455.216,07	4.556.050,51	899.165,56	22.910.285,21
2036	5.473.356,63	4.647.238,35	826.118,27	23.736.403,48
2037	5.516.791,48	4.561.371,74	955.419,74	24.691.823,22
2038	5.550.063,09	4.566.591,98	983.471,12	25.675.294,34
2039	5.589.102,59	4.539.560,85	1.049.541,73	26.724.836,07
2040	5.612.525,86	4.618.175,44	994.350,43	27.719.186,50
2041	5.650.352,44	4.591.525,25	1.058.827,19	28.778.013,69
2042	5.692.239,46	4.555.053,64	1.137.185,82	29.915.199,51
2043	5.723.397,83	4.601.822,78	1.121.575,06	31.036.774,57
2044	5.768.736,67	4.558.368,02	1.210.368,66	32.247.143,23
2045	5.808.458,68	4.572.807,67	1.235.651,01	33.482.794,24
2046	5.866.273,26	4.487.139,46	1.379.133,80	34.861.928,04
2047	5.909.719,84	4.528.090,13	1.381.629,71	36.243.557,75
2048	5.984.518,48	4.385.712,02	1.598.806,46	37.842.364,21
2049	6.065.359,05	4.271.824,78	1.793.534,27	39.635.898,48
2050	6.156.374,99	4.156.958,13	1.999.416,87	41.635.315,35
2051	6.273.077,09	3.953.373,33	2.319.703,76	43.955.019,11
2052	6.390.031,77	3.845.469,99	2.544.561,79	46.499.580,90
2053	6.518.212,88	3.741.794,28	2.776.418,60	49.275.999,50
2054	6.674.528,14	3.545.005,75	3.129.522,38	52.405.521,88
2055	6.845.484,42	3.370.325,23	3.475.159,19	55.880.681,07
2056	2.946.447,31	3.201.737,15	-255.289,84	55.625.391,23
2057	2.915.738,55	3.035.882,32	-120.143,77	55.505.247,46
2058	2.895.127,66	2.856.352,21	38.775,45	55.544.022,91
2059	2.882.617,96	2.681.967,61	200.650,35	55.744.673,26
2060	2.878.351,23	2.512.775,46	365.575,77	56.110.249,03



2061	2.882.464,53	2.348.708,06	533.756,47	56.644.005,50
2062	2.895.093,77	2.189.578,30	705.515,47	57.349.520,97
2063	2.916.417,06	2.035.541,28	880.875,78	58.230.396,75

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício Anterior) + (c)
<b>Sd. Anterior</b>				0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025			0,00	0,00
2026			0,00	0,00
2027			0,00	0,00
2028			0,00	0,00
2029			0,00	0,00
2030			0,00	0,00
2031			0,00	0,00
2032			0,00	0,00
2033			0,00	0,00
2034			0,00	0,00
2035			0,00	0,00
2036			0,00	0,00
2037			0,00	0,00
2038			0,00	0,00
2039			0,00	0,00
2040			0,00	0,00
2041			0,00	0,00
2042			0,00	0,00
2043			0,00	0,00
2044			0,00	0,00
2045			0,00	0,00
2046			0,00	0,00
2047			0,00	0,00
2048			0,00	0,00
2049			0,00	0,00
2050			0,00	0,00
2051			0,00	0,00
2052			0,00	0,00
2053			0,00	0,00
2054			0,00	0,00
2055			0,00	0,00
2056			0,00	0,00
2057			0,00	0,00
2058			0,00	0,00
2059			0,00	0,00
2060			0,00	0,00
2061			0,00	0,00
2062			0,00	0,00
2063			0,00	0,00

Fonte / Informações complementares:

AMF - DEMONSTRATIVO 7

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2024

AMF - Demonstrativo7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	

Fonte / Informações complementares: Não há previsão de Renúncia de Receitas.

AMF - DEMONSTRATIVO 8

MUNICÍPIO DE MAGDA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	<b>0,00</b>
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
<b>Margem Bruta (III) = (I+II)</b>	<b>0,00</b>
<b>Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)</b>	<b>0,00</b>
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>0,00</b>

Fonte / Informações complementares: Não há previsão de despesas obrigatórios de caráter continuado.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 0000, Data: 17/04/2023

Programa	Descrição			
0001	PROCESSO LEGISLATIVO			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES	%	Porcentagem	100	100
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	%	Porcentagem	100	100
0003	GESTÃO ADMINSTRATIVA SUPERIOR			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
GESTÃO ADMINSTRATIVA SUPERIOR	%	Porcentagem	100	100
0004	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
ADMINISTRAÇÃO GERAL	%	Porcentagem	100	100
0005	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	%	Porcentagem	100	100
0006	ESPORTE É VIDA			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
ESPORTE É VIDA	%	Porcentagem	100	100
0007	CRIANÇA NA ESCOLA			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
CRIANÇA NA ESCOLA	%	Porcentagem	100	100
0008	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
ASSISTÊNCIA SOCIAL	%	Porcentagem	100	100
0009	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	%	Porcentagem	100	100
0010	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
Atender Criança e adolescente	%	Porcentagem	100	100
0011	PREVENÇÃO À DOENÇAS			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
PREVENÇÃO À DOENÇAS	%	Porcentagem	100	100
0012	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
Atender a população em geral.	%	Porcentagem	100	100
0013	ESTRADAS VICINAIS			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
ESTRADAS VICINAIS	%	Porcentagem	100	100





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGDA - SP

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (LDO INICIAL 2024)

2024

Lei: 0000, Data: 17/04/2023

Programa		Descrição		
0018	CULTURA É VIDA			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
Obras	%	Porcentagem	0	100
Obras	%	Porcentagem	0	100
MANUTENÇÃO DE UNIDADE	%	Porcentagem	100	100
0019	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E ECONÔMICO			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E EC	%	Porcentagem	100	100
0021	MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDEN	%	Porcentagem	100	100
0999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Indicador	Unidade de Medida		Indice Recente	Indice Futuro
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	%	Porcentagem	100	100



**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Magda**

**PARECER JURÍDICO Nº 18/2023**

**Referência** : **Projeto de Lei nº 15/2023**  
**Assunto/Ementa** : **Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**  
**Requerente / Autor** : **Poder Executivo Municipal**  
**Requerido** : **Câmara Municipal**

"PARECER JURÍDICO OPINATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Projeto de Lei nº 15, de 17 de abril de 2023, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 e dá outras providências. **COMPETÊNCIA, INICIATIVA E ESPÉCIE NORMATIVA.** Adequação. Competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local. Artigo 30, inciso I, da CF/1988 c/c artigo 4º, inciso I, da Lei Orgânica. Quanto à iniciativa, compete ao Poder Executivo iniciar o processo legislativo, conforme prevê o artigo 165, inciso II, c/c artigo 84, inciso XXIII, da Constituição Federal c/c artigo 23, parágrafo único, inciso V, da Lei Orgânica c/c artigo 133, inciso II, do Regimento Interno. Espécie normativa adequada, porque a matéria tratada no projeto não está dentre aquelas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a VIII, da Lei Orgânica do Município, que exige a tramitação sob a forma de Lei Complementar. **PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO DA PROPOSIÇÃO. OBSERVÂNCIA.** Artigo 43, inciso XVIII, c/c artigo 84, inciso II, da Lei Orgânica. **PRAZO PARA VOTAÇÃO DA PROPOSIÇÃO.** Necessidade de observância da *parte final* do inciso II do artigo 84 da Lei Orgânica e parágrafo único do artigo 179 do Regimento Interno. Observância, ainda, do § 2º do artigo 57 da Constituição Federal de 1988 c/c artigo 103 do Regimento Interno. **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS: PODER EXECUTIVO.** Não há informação nos autos que o Poder Executivo realizou audiência pública na fase de elaboração do projeto, *s.m.j.* Portanto, *se de fato* o Poder Executivo não realizou audiência pública na fase de elaboração do projeto, caberá ao Tribunal de Contas determinar ao Chefe do Poder Executivo a adoção de providências para que seja devidamente observada a disciplina do artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 e do artigo 44 c/c artigo 4º, inciso III, "f", da Lei Federal nº 10.257/2001, providenciando-se a realização de audiências públicas eletrônicas na fase de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Caso o Poder Executivo tenha realizado a referida audiência pública, esta recomendação deve ser desconsiderada. **PODER LEGISLATIVO.** A audiência pública nesta fase legislativa também é necessária. Quanto à audiência pública na fase legislativa, deverá ser publicado edital convocatório explicitando o dia, horário e local de sua realização. **ANEXO DE METAS FISCAIS.** O projeto está acompanhado dos anexos e demonstrativos descritos na LRF (artigo 4º, §§§ 1º, 2º e 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/2000). Não obstante, não cabe a Procuradoria Jurídica realizar qualquer manifestação de conteúdo que não seja inerente a sua capacitação profissional. Sendo assim, recomenda-se que os membros da Comissão Permanente de Tributos, Finanças e Orçamento analisem se os anexos fiscais e demonstrativos que acompanham a proposição atendem os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). Para tal





## PODER LEGISLATIVO

### Câmara Municipal de Magda

desiderato, à luz do artigo 28 do Regimento Interno desta Casa, às Comissões Permanentes poderão convidar profissionais capacitados para proceder eventuais análises técnicas do projeto, inclusive solicitar informações e documentos do Poder Executivo, bem como proceder a todas as diligências legais que julgarem necessárias. ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR. As autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares devem ser moderadas, próximas da inflação do período, a fim de evitar o desmanche do orçamento, conforme item 3 do Comunicado SDG nº 29/2010 e item 4 do Comunicado SDG nº 32/2015, do TCESP. TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO E(OU) TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. O percentual descrito no artigo 11 da LDO (17%) está acima da orientação contida no artigo publicado pelo E. TCESP<sup>1</sup>, de autoria do Assessor Técnico FLÁVIO CORRÊA DE TOLEDO JR. Sendo assim, a Comissão de Tributos, Finanças e Orçamento e o Plenário poderá(ão), se desejar(em), deliberar se o limite previsto na propositura (17%) fere o critério da modicidade, conforme orientação contida no item "7" do Comunicado SDG 13/2017 do E. TCESP (orientação de 10%). COMUNICADO SDG 13/2017 DO E. TCESP. Dispõe sobre os critérios que deverão ser observados na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias (LDO). COMISSÕES PERMANENTES. Necessidade de submissão do projeto as Comissões Permanentes de Justiça e Redação e de Tributos, Finanças e Orçamento, conforme artigo 39, § 1º, c/c artigo 40, inciso I, e seu parágrafo único, do Regimento Interno. CONCLUSÃO. Após minuciosa análise da proposição, sem adentrar ao mérito da propositura e em seus aspectos técnicos, examinando a matéria apenas quanto a sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, o entendimento jurídico desta Procuradoria está explicitado no conteúdo deste parecer, que deverá ser encartado aos autos para, em seguida, o processo legislativo ser encaminhado para emissão de pareceres pelas Comissões Permanentes de Justiça e Redação e de Tributos, Finanças e Orçamento, a fim de cumprir sua regular tramitação. No que tange ao MÉRITO, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois cabe aos eminentes senhores Vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais."

## 1. RELATÓRIO

Foi encaminhado a Procuradoria desta Casa de Leis para análise e emissão de Parecer Jurídico Opinitivo o projeto de Lei nº 15, de 17 de abril de 2021, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 e dá outras providências.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

## 2. ANÁLISE JURÍDICA DA PROPOSIÇÃO

### 2.1. Da Competência, Iniciativa e Espécie Normativa

<sup>1</sup> [https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20140425-artigo\\_transposicoes.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20140425-artigo_transposicoes.pdf)



73

## PODER LEGISLATIVO

### Câmara Municipal de Magda

O projeto apresentado dispõe sobre matéria de *competência* do Município, pois a este compete legislar sobre assuntos de interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I, da CF/1988, bem como no artigo 4º, inciso I, da Lei Orgânica.

Trata-se, ademais, de proposição de *iniciativa* privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o artigo 165, inciso II, c/c artigo 84, inciso XXIII, ambos da Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

A Lei Orgânica do Município de Magda, em observância ao princípio da simetria constitucional, dispõe ser de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que dispõem sobre diretrizes orçamentárias, *in verbis*:

Art. 23- A iniciativa dos projetos de leis cabe:

(...)

Parágrafo único: São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, as leis que dispõem sobre:

(...)

- IV – plano plurianual;
- V – diretrizes orçamentárias;
- VI – lei orçamentária; (g.n)

Nesse mesmo sentido é a previsão contida no Regimento Interno desta Casa, *verbis*:

Art. 133- É da competência privativa do Prefeito a iniciativa de leis sobre:

- I – plano plurianual;
- II – diretrizes orçamentárias;
- III – lei orçamentária;
- (...)

A *espécie normativa* também é adequada, porque a matéria tratada no projeto não está dentre aquelas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a VIII, da Lei Orgânica do Município, que exige a tramitação sob a forma de Lei Complementar.

Neste cenário, a Procuradoria Jurídica OPINA, *s.m.j.*, que o projeto atende aos requisitos da competência, iniciativa e espécie legislativa adequada.





## PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Magda

### 2.2. Do prazo para encaminhamento da proposição

Vejamos o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Magda, *in verbis*:

Art. 43- Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

XVIII – enviar à Câmara, projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, dentro dos prazos estabelecidos em lei; (g.n)

Art. 84 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão com observância dos preceitos correspondentes à Constituição Federal:

(...)

II – projeto de lei de diretrizes orçamentárias, que será encaminhado até 30 de abril, e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa; (g.n)

*In casu*, a Procuradoria Jurídica OPINA que o Poder Executivo Municipal respeitou o prazo para encaminhamento da LDO, na medida em que o projeto foi recebido e devidamente autuado pela Secretaria Administrativa da Câmara no dia 17 de abril de 2023.

### 2.3. Do prazo para votação da proposição

Não obstante o prazo de encaminhamento da proposição que deve ser respeitado pelo Poder Executivo, há de se destacar que o Poder Legislativo também deverá observar o prazo para votação deste projeto, vejamos.

O Regimento Interno desta Casa dispõe o seguinte, *verbis*:

Art. 103– A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei do orçamento. (g.n)

Some-se a isso o disposto no § 2º do artigo 57 da CF/1988, *verbis*:

Art. 57. (...)

§ 1º (...);

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias. (g.n)

Sob tal aspecto, leciona o eminente Professor JOSÉ AFONSO DA SILVA, *in verbis*:  
“Começamos por informar que a Constituição não admite a rejeição do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, porque declara, expressamente, que a sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (art. 57, § 2º)”  
(Silva, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 41ª ed., rev. E atual. São Paulo: Malheiros, 2018).



## PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Magda

Portanto, a Procuradoria Jurídica OPINA que caberá aos senhores vereadores a obrigação de deliberar e concluir a votação deste projeto de forma prévia ao início do período de recesso legislativo<sup>2</sup>.

### 2.4. Das audiências públicas

A Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) dispõe o seguinte:

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

...  
III – planejamento municipal, em especial:

...  
f) gestão orçamentária participativa; (g.n)

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal. (g.n)

Por sua vez, prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (g.n)

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (g.n)

A providência determinada pela LRF não constitui mero formalismo. Representa, na verdade, instrumento destinado a fomentar a participação popular no processo de discussão e elaboração dos planos orçamentários, dentro do objetivo maior visado pela lei de assegurar a transparência na gestão fiscal e o controle social mais efetivo, com a participação concreta do cidadão.

<sup>2</sup> A Lei Orgânica prevê, em seu artigo 14, o seguinte: “A Câmara Municipal, reunir-se-á em sessão legislativa anual, independentemente de convocação de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro”. (g.n). O artigo 98 do Regimento Interno desta Casa também prevê: “A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão legislativa anual, independentemente de convocação, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro”. (g.n)





## PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Magda

Não se deve admitir, portanto, que a realização da audiência pública fique ao exclusivo arbítrio do gestor, passando a figurar como letra morta a disposição legal.

*In casu*, o Poder Executivo não informou na mensagem da propositura se realizou audiência pública durante o processo de elaboração do projeto. Não é demais frisar que a omissão quanto à realização de audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão da LDO e da LOA constitui infração aos dispositivos legais supratranscritos, salvo se a irregularidade for relevada, na hipótese, diante das peculiaridades do caso.<sup>3</sup>

Portanto, *se de fato* o Poder Executivo não realizou audiência pública na fase de elaboração do projeto, caberá ao Tribunal de Contas determinar ao Chefe do Poder Executivo a adoção de providências para que seja devidamente observada a disciplina do artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 e do artigo 44 c/c artigo 4º, inciso III, "f", da Lei Federal nº 10.257/2001, providenciando-se a realização de audiências públicas na fase de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Caso o Poder Executivo tenha realizado a referida audiência pública, esta recomendação deve ser desconsiderada.

A audiência pública nesta fase legislativa também é necessária. Portanto, deverá ser publicado o edital convocatório noticiando o dia, local e hora de sua realização.

### 2.5. Dos Anexos

O artigo 4ª da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) dispõe sobre os anexos que *obrigatoriamente* devem ser encaminhados com o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), *in verbis*:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

(...)

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

- I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

<sup>3</sup> Geralmente a Corte de Contas determina ao Chefe do Poder Executivo a adoção de providências para correção e prevenção em situações futuras. Dentro deste contexto, o Tribunal avalia se a determinação por ele emitida por ocasião do Parecer Prévio foi suficiente para correção da conduta do gestor público, hipótese na qual poderia ser relevada a aplicação da penalidade, pois já atendido o escopo educativo da atuação do Tribunal.





**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Magda**

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. (g.n)

A Lei Federal nº 10.028/2000, em seu art. 5º, inciso II, dispõe:

Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;

II – propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei;

(...)

§ 1º A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

Denota-se que o § 1º do art. 4º da LRF é claro ao estabelecer que o anexo “integrará” o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sendo que o art. 5º da Lei nº 10.028/2000 dispõe que a propositura de lei de diretrizes orçamentárias que não contenha as metas fiscais constitui infração administrativa, sendo que a infração é punida com multa de 30% dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa.

Não se desconhece que o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por meio do “Manual do Plano Plurianual”, publicado no ano de 2005 e revisado em 2009,<sup>4</sup> sugere que:

“Relativamente ao primeiro ano da gestão governamental, a título de sugestão, o PPA poderá ser elaborado de forma concomitante com a LDO; na impossibilidade disso vir a ocorrer, poderá ser estabelecido que as prioridades relativas ao primeiro ano de vigência poderão ser estipuladas na própria lei instituidora do Plano Plurianual.”

Ou seja, relativamente ao primeiro ano da gestão governamental o E. TCESP entende que a LDO poderá ser apresentada normalmente no primeiro semestre sem as prioridades e

<sup>4</sup> <https://www4.tce.sp.gov.br/sites/default/files/manual-do-ppa-rev-2009.pdf>



## PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Magda

anexos que dependam do PPA, com a condição de que tais informações e documentos sejam apresentados posteriormente com o Projeto de Lei do Plano Plurianual (no segundo semestre), de acordo com o prazo contido na Lei Orgânica local.

*In casu*, constata-se que alguns dispositivos do projeto mencionam a existência de anexos que acompanham a proposição, vejamos. O parágrafo único do artigo 1º do projeto de lei em análise prevê o seguinte, *verbis*: *Integram a presente Lei os anexos de metas, riscos fiscais e de prioridades operacionais, bem como outros demonstrativos exigidos pelo direito financeiro*. O artigo 8º possui a seguinte dicção *“A Lei Orçamentária Anula conterà reserva de contingência, conforme o Anexo de Riscos Fiscais que acompanha a presente lei*. O artigo 25, por sua vez, dispõe que *“As metas e as prioridades para 2022 são as especificadas no Anexo que integra esta lei”*.

Compulsando os autos, verifica-se que de fato o projeto de LDO está devidamente acompanhado dos anexos e demonstrativos descritos na LRF, sendo, do ponto de vista jurídico, legal.

Não obstante, não cabe a Procuradoria Jurídica realizar qualquer manifestação de conteúdo que não seja inerente a sua capacitação profissional. Sendo assim, recomenda-se que os membros da Comissão Permanente de Tributos, Finanças e Orçamento analisem se os anexos fiscais e demonstrativos que acompanham a proposição atendem os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000). Para tal desiderato, à luz do artigo 28 do Regimento Interno desta Casa, às Comissões Permanentes poderão convidar profissionais capacitados para proceder eventuais análises técnicas do projeto, inclusive solicitar informações e documentos do Poder Executivo, bem como proceder a todas as diligências legais que julgarem necessárias.

### 2.6. Do limite para abertura de crédito suplementar

No que diz respeito ao limite para abertura de créditos adicionais suplementares, o artigo 11 do projeto de lei em análise dispõe o seguinte, *verbis*:

“Art. 11. Nos moldes do Artigo 165, § 8º da Constituição e do Artigo 7º, I, da Lei 4.320/1964, a lei orçamentária poderá conceder, no máximo, até 17% (dezessete por cento) para abertura de créditos adicionais suplementares”

Apesar da inexistência de limite legal, o E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recomenda que as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares devem ser moderadas, próximas da inflação do período, a fim de evitar o desmanche do orçamento, conforme item 3 do Comunicado SDG nº 29/2010 e item 4 do Comunicado SDG nº 32/2015.

### 2.7. Autorização para transposição, remanejamento e transferências





## PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Magda

No que diz respeito a transposição, remanejamento e(ou) transferência de dotação orçamentária o artigo 10 do projeto de lei em análise dispõe o seguinte, *verbis*:

“Art. 10. Até o limite de 17% (dezessete por cento) da despesa inicialmente fixada, fica o Poder Executivo autorizado a realizar transposições, remanejamentos e transferências entre órgãos orçamentários e categorias de programação”

Em artigo publicado pelo E. TCESP,<sup>5</sup> de autoria do Assessor Técnico FLÁVIO CORRÊA DE TOLEDO JR., a Colenda Corte de Contas reviu seu posicionamento anterior, passando a entender que a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) pode, sim, autorizar transposições, remanejamentos e transposições, confira-se:

“...E, no corpo dessas propostas, **reformaremos nossa anterior opinião de que apenas leis específicas autorizam as transposições, transferências ou remanejamentos orçamentários.**

(...)

De outra parte, **há de se enfatizar que a Carta Política não solicita, expressamente, diploma próprio, específico, particular, para transposições, transferências e remanejamentos; apenas demanda “prévia autorização legislativa”**: Art. 167. São vedados: VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (grifos nossos). Com efeito, se quisesse o constituinte lei específica, teria assim expressamente dito, tal qual fez nos seguintes trechos da Carta Política: Art. 166 – (...) (...) § 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa. Art. 167 – São vedados: (...) VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º.

De mais a mais, **sérios transtornos operacionais entravam a Administração toda vez que necessárias leis próprias, específicas, para as realocações orçamentárias entre diferentes categorias de programação.** (...)

Não bastasse isso, **o Supremo Tribunal Federal entendeu que a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) pode, sim, autorizar transposições, remanejamentos e transposições**: ADIn: Lei estadual 503/2005, do Estado de Roraima, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2006 (...) Permitidos a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos de

<sup>5</sup> [https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20140425-artigo\\_transposicoes.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20140425-artigo_transposicoes.pdf)





## PODER LEGISLATIVO

### Câmara Municipal de Magda

uma categoria de programação para outra, desde que mediante prévia autorização legislativa, no caso substantivada no dispositivo impugnado (da LDO) (....). (ADI 3.652, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 19-12-2006, Plenário, DJ de 16-3-2007

**Diante de tudo disso, permitimo-nos rever nossa anterior posição, sustentando, desta feita, que, na condição de peça vital do processo orçamentário, a LDO, lei de diretrizes orçamentárias, possa conceder, de forma limitada, permissão para a Administração realizar, no ano seguinte, transposições, transferências e remanejamentos.**

**Defendíamos antes a lei específica considerando a importância, política e operacional, das modificações promovidas por aquela tríade orçamentária, mas, diante dos antes vistos argumentos, revemos aqui nossa posição.**

De todo modo, comete o Governo Federal, a nosso ver, certo desacerto no antes transcrito artigo: a não indicação de limite percentual para o Executivo, por decreto, transpor, remanejar e transferir recursos orçamentários. Essa concessão ilimitada é um cheque em branco para o Chefe do Poder Executivo, o que lhe permite alterar, de forma unilateral e ampliada, conteúdos básicos da programação orçamentária, contrariando, por simetria, o art. 167, VII, da Constituição. **E tal qual para os créditos adicionais, 10% (dez por cento), sob a atual conjuntura econômica, é número razoável para restringir, na LDO, as transposições, remanejamentos e transferências. Superado esse percentual, há de o Poder Executivo solicitar autorização específica para o Legislativo.**

Observe-se, vale enfatizar, que a autorização acontecerá, de modo restrito, na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), e, nunca, por meio da lei orçamentária anual (LOA), vez que esta, como antes visto, não pode conter matéria estranha à previsão de receitas e à fixação de despesas (art. 165, § 8º). Além de prescrever várias e muitas exigências constitucionais e fiscais, a lei de diretrizes orçamentárias afigura-se como espaço ideal para o ente político dizer, todo ano, suas próprias normas financeiras, compatíveis, óbvio, com as normas gerais da Constituição, Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal. Conclusões Finais: a) Financiadas por operações de crédito, excesso de arrecadação e pelo superávit financeiro, as alterações orçamentárias exigem sempre um crédito adicional. b) Bancada pela redução de outra verba de orçamento, a modificação orçamentária pode ser um crédito adicional ou uma transposição, remanejamento ou transferência. c) É crédito adicional a troca entre elementos de gasto dentro uma mesma Atividade, Projeto ou Operação Especial. d) É transposição, remanejamento ou transferência a permuta entre elementos de gasto de diferentes Atividades, Projetos ou Operações Especiais. e) A lei orçamentária anual (LOA) pode conceder, de forma prévia e genérica, autorização para créditos adicionais amparados no superávit financeiro, em excesso de arrecadação e por operação de crédito, facultando ainda específica permissão para créditos bancados pela redução de outra verba (ambas sob o recomendado limite de



## PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Magda

dez por cento). f) A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) pode conceder, até certo limite, concessão genérica para transposições, remanejamentos e transferências (acredita-se dez por cento um razoável percentual limitador)."

O E. TCESP, por meio do Comunicado SDG 13/2017, dispõe sobre os critérios que deverão ser observados na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Dentre eles, destaca-se:

"COMUNICADO SDG nº 13/2017 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que, na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), há de se atentar para os seguintes conteúdos: (...)

**7- Há de ser módico, moderado, o percentual para as transposições, remanejamentos e transferências (art. 167, VI, da CF)." (g.n)**

*In casu*, o percentual descrito no artigo 10 da LDO (17%) está acima da orientação contida no artigo publicado pelo E. TCESP,<sup>6</sup> de autoria do Assessor Técnico FLÁVIO CORRÊA DE TOLEDO JR.. Sendo assim, o Plenário Poderá, se desejar, deliberar se o limite previsto na propositura atende ao critério da modicidade, conforme orientação contida no item "7" do Comunicado SDG 13/2017 supratranscrito.

### 2.8. Comunicado SDG 13/2017 do E. TCESP

O Comunicado SDG 13/2017, que dispõe sobre os critérios que deverão ser observados na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), dispõe o seguinte:

"COMUNICADO SDG nº 13/2017 O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que, na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), há de se atentar para os seguintes conteúdos:

1- Em consonância com a Lei 13.019, de 2014, previsão de critérios próprios, específicos, para as subvenções sociais, contribuições e auxílios destinados às entidades do terceiro setor (art. 4º, I, "f" e 26, da LRF).

2- Desde que em mora no dia 25 de março de 2015, apresentação de plano de pagamento de precatórios (art. 101, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

3- Para atender à Lei Federal nº 8069, de 1990 (art. 4º, parágrafo único, "d") e ao Comunicado SDG nº 8, de 2011, interessante vincular fração da receita para despesas de proteção à criança e ao adolescente.

4- Na existência de déficit financeiro, deve o anexo de metas fiscais propor superávit de execução orçamentária para liquidar, ainda que gradualmente, aquela dívida de curto prazo.

<sup>6</sup> [https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20140425-artigo\\_transposicoes.pdf](https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/20140425-artigo_transposicoes.pdf)





## PODER LEGISLATIVO Câmara Municipal de Magda

5- Sob o princípio orçamentário do equilíbrio, aquela proposição se materializa, no campo da despesa, por Reserva de Contingência, equivalente ao desejado superávit orçamentário.

6 - E no intuito de garantir sobredita meta fiscal, haverá de se mostrar o tipo de gasto que será limitado caso haja frustração de receita (art. 4º, I, "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal).

7- Há de ser módico, moderado, o percentual para as transposições, remanejamentos e transferências (art. 167, VI, da CF).

8- Para a autorização solicitada no art. 62 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deve existir anexo informando o custeio de serviços que são próprios da União e do Estado (tipo de serviço/valor).

9- Conveniente determinar específicas ações programáticas para gastos sujeitos a limites ou vulneráveis a desvios, que não possam ser claramente identificados no elemento de despesa (ex: publicidade oficial; propaganda; adiantamentos; despesas com viagens; gastos de representação)."

Em virtude de a propositura não estar acompanhada dos indispensáveis anexos de metas fiscais na ocasião de emissão deste Parecer Jurídico, não se pode constatar se o projeto atendeu os critérios explicitados no Comunicado SDG 13/2017. A título de exemplo: não se pode concluir se foi cumprida a orientação dada no item "3", ou seja, se foi observada a previsão contida na Lei Federal nº 8069, de 1990 (art. 4º, parágrafo único, "d").

### 2.9. Das Comissões Permanentes

Em observância ao disposto no art. 39, § 1º, do Regimento Interno, o presente projeto deverá ser apreciado pela Comissão Permanente de Justiça e Redação, confira-se:

"Art. 39. Compete à Comissão de Justiça e Redação, manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.

§ 1º- É obrigatória a audiência da Comissão de Justiça e Redação sobre todos os projetos que tramitarem pela Câmara, ressalvados os que explicitamente tiveram outro destino por este Regimento." (g.n)

Também por força do art. 40, inciso I, e parágrafo único, do Regimento Interno, o projeto deverá ser apreciado pela Comissão Permanente de Tributos, Finanças e Orçamento, *verbis*:

"Art. 40. Compete à Comissão de Tributos, Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e, especialmente sobre:





## PODER LEGISLATIVO

### Câmara Municipal de Magda

I – proposta orçamentária anual, plurianual e diretrizes orçamentárias: (...)

Parágrafo único- É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento sobre as matérias enumeradas neste artigo, nos incisos de I a V, não podendo ser submetidas à discussão e votação do Plenário sem o parecer da Comissão, ressalvadas as disposições em contrário deste Regimento (g.n)

Portanto, caberá a Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre o aspecto constitucional, legal ou jurídico, bem como quanto ao aspecto gramatical e lógico da proposição, de sorte que à Comissão de Tributos, Finanças e Orçamento caberá analisar, dentre outras coisas, se o projeto atende às previsões contidas na LRF.

#### 2.10. Considerações finais

Não cabe a Procuradoria Jurídica realizar qualquer manifestação de conteúdo que não seja inerente a sua capacitação profissional. Todavia, à luz do artigo 28 do Regimento Interno desta Casa, às Comissões Permanentes poderão convidar profissionais capacitados para proceder eventuais análises técnicas do projeto, inclusive solicitar informações e documentos do Poder Executivo, bem como proceder a todas as diligências legais que julgarem necessárias. É necessário enfatizar que a emissão de parecer pela Procuradoria Jurídica não substitui os pareceres das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Ademais, não cabe a Procuradoria Jurídica adentrar ao mérito dos projetos, no sentido de explicitar se o caso é ou não de aprovação da propositura. Se agisse assim, estaria invadindo competência exclusiva do Plenário da Câmara e, conseqüentemente, usurpando atribuição que é inerente a atividade parlamentar. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Trata-se, portanto, de um PARECER OPINATIVO, ou seja, que possui caráter técnico-opinativo e que não impede a tramitação e até mesmo conseqüente aprovação das proposições. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*: “O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF).





**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Magda**

À jurisprudência do C. STF é firme no sentido de estabelecer que o parecer jurídico não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa (Mandado de Segurança nº 24.073-DF).<sup>7</sup> Ou seja, nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio da lei* (Mandado de Segurança nº 24.584-1-DF).

**3. CONCLUSÃO**

Após minuciosa análise da proposição, sem adentrar ao mérito da propositura e em seus aspectos técnicos, examinando a matéria apenas quanto a sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, o entendimento jurídico desta Procuradoria está explicitado no conteúdo deste parecer, que deverá ser encartado aos autos para, em seguida, o processo legislativo ser encaminhado para emissão de pareceres pelas Comissões Permanentes de Justiça e Redação e de Tributos, Finanças e Orçamento, a fim de cumprir sua regular tramitação. No que tange ao MÉRITO, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois cabe aos eminentes senhores Vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

No que tange ao MÉRITO, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois cabe aos eminentes senhores Vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer, *sub censura*.

Câmara Municipal de Magda, 19 de abril de 2023.

  
**HERES ESTEVAO SCREMIN**  
Procurador Jurídico da Câmara Municipal  
OAB/SP nº 228.618

<sup>7</sup> CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE CONTAS. TOMADA DE CONTAS: ADVOGADO. PROCURADOR: PARECER. C.F., art. 70, parág. único, art. 71, II, art. 133. Lei nº 8.906, de 1994, art. 2º, § 3º, art. 7º, art. 32, art. 34, IX. I. - Advogado de empresa estatal que, chamado a opinar, oferece parecer sugerindo contratação direta, sem licitação, mediante interpretação da lei das licitações. Pretensão do Tribunal de Contas da União em responsabilizar o advogado solidariamente com o administrador que decidiu pela contratação direta: impossibilidade, dado que o parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa. Celso Antônio Bandeira de Mello, "Curso de Direito Administrativo", Malheiros Ed., 13ª ed., p. 377. II. - O advogado somente será civilmente responsável pelos danos causados a seus clientes ou a terceiros, se decorrentes de erro grave, inescusável, ou de ato ou omissão praticado com culpa, em sentido largo: Cód. Civil, art. 159; Lei 8.906/94, art. 32. III. - Mandado de Segurança deferido. (STF - MS: 24073 DF, Relator: Min. CARLOS VELLOSO, Data de Julgamento: 06/11/2002, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 31-10-2003 PP-00015 EMENT VOL-02130-02 PP-00379).



**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Magda**

**CONCLUSO**

Encaminho os presentes autos devidamente autuados à Presidência da Câmara Municipal para as deliberações cabíveis.

Magda-SP, 17 de abril de 2023.

  
MÁRCIO LEANDRO TEIXEIRA  
Analista de Planejamento Financeiro





**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Magda**

**DESPACHO**

Conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara Municipal de Magda, determino que seja feita a leitura do Projeto de lei nº 15/2023 no expediente da sessão ordinária do dia 25 de abril de 2023, e em seguida ficará a disposição dos nobres vereadores para apresentação de emendas num prazo de 30 (trinta) dias úteis.

Magda-SP, 17 de abril de 2023.

  
HUMBERTO DE SOUZA GOBBI  
Presidente da Câmara



**PODER LEGISLATIVO**  
**Câmara Municipal de Magda**

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAGDA, Comarca de Nhandeara, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, CONVOCA:

Os Vereadores, especialmente os membros da Comissão de Tributos, Finanças e Orçamento, e convida os munícipes para participarem da Audiência Pública para apreciação e discussão do projeto de lei nº 25, de 17 de abril de 2023, de autoria do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária do ano de 2024, e dá outras providências, nos termos do art. 48, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, visando à transparência com a participação popular.

**Data:** 16/05/2023

**Horário:** 19h00

**Local:** Plenário da Câmara Municipal de Magda, situado na Rua Brasil, 311, Centro, Magda-SP.

O projeto de lei nº 25, de 17 de abril de 2023 está à disposição de todos no site da Câmara Municipal de Magda, através do Menu Transparência - Audiências Públicas (<https://www.camaramagda.sp.gov.br/audiencias-publicas/>)

Magda-SP, 04 de maio de 2023.

  
HUMBERTO DE SOUZA GOBBI  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE MAGDA		
<b>PROTOCOLO</b>		
N.º	49	/ 10h00 H
	04	/ 05 / 2023

